

Questão em pauta: RODOANEL

O projeto Rodoanel começou na década de 70 e vem sendo discutido mais amplamente desde a década de 90. Este é um projeto de uma rodovia circular metropolitana de aproximada 170 km que interceptará 10 rodovias.

O projeto foi dividido por trechos, ou alças. O trecho oeste foi o primeiro a ser implementado e já opera desde 2002. Ele é um bom exemplo para imaginarmos o que serão os demais trechos e suas implicações à sociedade e ao ambiente.

No referido trecho podemos observar uma série de desafios a serem administrados e sanados. Pelo fato de termos uma série de comunidades desfavorecidas próximas à rodovia, estas se multiplicam e ocupam toda a área lindeira. O acostamento da rodovia é considerado uma grande "calçada" ou uma "ciclovía". Com a retirada dos blocos que formam os muros de contenção, há a abertura de acessos irregulares. Com isso, o número de atropelamentos no local aumenta exponencialmente. Lembramos que a manutenção da rodovia envolve também a reconstrução desses muros.

Há diversos relatos sobre a interferência das obras sobre os corpos d'água que estão próximos, ou seja, diversos poços secaram, algumas nascentes desapareceram e diversos córregos foram assoreados. Esse impacto sobre os recursos hídricos é muito preocupante devido à escassez do recurso na Metrópole de São Paulo.

Ao longo do trecho oeste notamos a ação criminososa dos caçambeiros, pois há acúmulo de entulho, fato proveniente da falta de fiscalização. Outra questão complexa é a recuperação das áreas de empréstimo utilizadas durante a fase de implantação da rodovia. Essas áreas, que em sua maioria são públicas, deveriam ser recuperadas após a conclusão do projeto. Tais áreas aguardam por medidas mais eficiente até hoje. Muitas apresentam erosões e falta de recomposição vegetal. E o mais curioso é que tais áreas aparecem na Licença de Operação (renovada em 2004) como áreas concluídas, ou seja, para a Secretaria de Transportes essas áreas estão recuperadas por meio de seu abandono e consecutivo crescimento espontâneo de alguma vegetação.

Os desafios do trecho Oeste servem para ilustrar a preocupação de diversas entidades ambientalistas e muitos cidadãos frente à proposta do projeto de construção de mais um trecho, o Sul.

Tal trecho aponta para uma rodovia de 53 km, que ligará a Rodovia Régis Bittencourt (BR-116) até o município de Mauá, cortando as rodovias Imigrantes e Anchieta. Ele vem coberto de alegações duvidosas, como o de que esse trecho será o corredor de exportação, já que ligará o interior paulista às rodovias que chegam ao sobrecarregado porto de Santos. Somente para lembrar, temos diversas ferrovias, hoje em mal estado de conservação, que fazem essa mesma rota,

com a vantagem de já ter havido o impacto para sua construção e de que uma composição férrea corresponde a mais de 100 caminhões! Por que não recuperá-las?

O novo trecho (Sul) está inserido 100% dentro de área de manancial. Cortará diversos rios formadores das represas Billings e Guarapiranga, inclusive elas próprias. Esses dois mananciais respondem pelo abastecimento de quase cinco milhões de pessoas. O trecho chegou a ser apelidado de Transmanancial! Corta ainda diversos remanescentes da tão escassa e depredada Mata Atlântica.

O maior temor fica por conta da especulação imobiliária e consecutivo aumento da ocupação de tal região. Hoje, contamos com quase dois milhões de pessoas vivendo nessas duas bacias em condições precárias de saneamento. Um aumento populacional inviabilizaria as condições da água para o consumo humano.

O que mais nos causa perplexidade é a ausência da participação das diversas Secretarias, como Habitação, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e das prefeituras dos municípios por onde passará a rodovia. Trata-se apenas de um projeto apresentado pela Secretaria de Transportes e DERSA.

É urgente a realização de mais discussões populares, enfocando os dois lados desse empreendimento. O que é apresentado mostra apenas a mobilidade. Mobilidade que servirá para poucos, já que apenas veículos particulares e de carga podem circular. Ônibus não tem vez. Uma das soluções para o caótico trânsito da Metrópole não seria a maior utilização de transportes públicos? Pois é, eles não circulam nessa rodovia.

O projeto cortará diversos bolsões de pobreza, o que pode resultar em expansão das comunidades ao longo da Rodovia, fenômeno já observado nos municípios de Osasco e Carapicuíba. Há apenas um diferencial muito forte, o dos mananciais a serem preservados. Os impactos advindos da movimentação de terra para a construção são inegáveis. Acidentes com cargas perigosas podem representar um risco ao abastecimento hídrico.

O licenciamento do projeto está em andamento. Ele deverá ser feito em conjunto pela Secretaria do Meio Ambiente (DAIA) e pelo IBAMA. Haverá mais audiências públicas sobre o projeto. Participe, informe-se e manifeste-se. Afinal de contas quem está pagando por esse projeto somos nós, cidadãos, e quem pagará pelos impactos de uma "má obra" são as futuras gerações. Sejam responsáveis e façamos com que esse processo seja o mais transparente e menos impactante possível.

Filie-se!

Participe de nossas atividades. Informe-se através de nosso site ou pelo telefone (11) 4781.6837.



Expediente:		Administração e Redação: Casa da Ecologia Edith Gillon Av. João Batista Medina, 358 CEP: 06840-030 Fone: 4781-6837 www.seaembu.org	CNPJ: 50.242.692/0001-52 Presidente: Leandro David Dolenc Tiragem: 5.000 exemplares Março - 2005	Colaboradores: Ana Maria Gonzatto César Pegoraro Indaia Emilia Schuler Pelosini João Victor Gonçalves Franco Maria Isabel G. C. Franco
	ÉVARE é uma publicação interna e gratuita da Sociedade Ecológica Amigos de Embu.			

ÉVARE

Publicação da Sociedade Ecológica Amigos de Embu - Ano 3 - Nº 5 - março 2005 - Distribuição Gratuita

A AGENDA 21: do global ao local

A Agenda 21 é um documento consensual para o qual contribuíram governos e instituições da sociedade civil de 179 países, num processo preparatório que durou dois anos e culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, no

Rio de Janeiro, também conhecida por ECO-92. Este tratado de 40 capítulos constitui a mais ousada e abrangente tentativa de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Mais do que um documento, a Agenda 21 é um processo de planejamento participativo que analisa a situação atual – de um país, estado, município e região, ou do pedaço como é o caso da Agenda 21 escolar ou de um bairro – e planeja o futuro de forma sustentável. Esse processo de planejamento deve envolver todos os atores sociais na discussão dos principais problemas e na formação de parcerias e compromissos para a sua solução a curto, médio e longo prazo. A análise e o encaminhamento das propostas para o futuro devem ser feitas dentro de uma abordagem integrada e sistêmica das dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional. Em outras palavras, o esforço de planejar o futuro, com base nos princípios da Agenda 21, gera produtos concretos, exequíveis e mensuráveis, derivados de compromissos pactuados entre todos os atores, fator esse que garante a sustentabilidade dos resultados. É importante destacar que a Conferência do Rio, em contraste com a Conferência de Estocolmo de 1972, orientou-se para o desenvolvimento, e que a Agenda 21 não é uma Agenda Ambiental e sim uma Agenda de Desenvolvimento Sustentável, dividida em quatro seções:

dentes daqueles da pobreza, saúde, comércio, dívida, consumo e população.

- Conservação e gerenciamento dos recursos para o desenvolvimento – de que forma os recursos físicos, incluindo terra, mares, energia e lixo precisam ser gerenciados para assegurar o desenvolvimento sustentável.

- Fortalecendo o papel dos principais grupos sociais – inclusive os minoritários, no trabalho em direção ao desenvolvimento sustentável.

- Meios de implementação – inclusive financiamento e o papel das diversas atividades governamentais e não-governamentais.

Além dos Governos, a convocação da Agenda visa mobilizar todos os segmentos da sociedade, chamando-os de "atores relevantes" e "parceiros do desenvolvimento sustentável".

Essa concepção processual e gradativa de validação do conceito implica assumir que os princípios e as premissas que devem orientar a implementação da Agenda 21 não constituem um rol completo e acabado: torná-la realidade, é antes de tudo, um processo social no qual os atores vão pactuando paulatinamente novos consensos e montando uma agenda possível rumo ao futuro que se deseja sustentável.

- Dimensões sociais e econômicas – de que forma os problemas e soluções ambientais são interdepen-

ÉVARE: Diz o povo indígena da Amazônia que Évare é uma terra sagrada, onde as vozes da floresta falam mais alto que a motosserra e a destruição. Évare, amigo leitor, é a nova proposta para resgatar nossa cultura. Nosso objetivo é fazer você pensar e participar! Vamos juntos salvar o que ainda possa ser salvo e preservar o amanhã!

2

A AGENDA 21 LOCAL

3

A AGENDA 21 NO EMBU

4

RODOANEL

A AGENDA 21 LOCAL

Uma adaptação deste acordo internacional pode ser construída localmente, pois, mais do que um documento, a Agenda 21 é um processo de planejamento participativo, que deve considerar a realidade local, com o envolvimento dos atores sociais na discussão dos principais problemas, tendo como eixo central a sustentabilidade*, a justiça social e o crescimento econômico e estabelecendo parcerias e compromissos para soluções de curto, médio e longo prazo.

Com a Agenda 21 Local, a comunidade, seja ela qual for, aprende sobre suas dificuldades, identifica prioridades e movimenta forças que podem transformar sua realidade.

Para que a Agenda 21 se transforme em importante instrumento de mobilização social, é preciso, num primeiro

momento, promover a difusão de seus conceitos e pressupostos junto às comunidades, associações de moradores de bairro, escolas e empresas. Essa iniciativa pode ser desempenhada por um pequeno grupo de trabalho, cujo esforço representaria grande avanço, facilitando o aprendizado da população no tocante à construção da Agenda 21 Local para o município, e aprimorando a capacidade de participação nos processos decisórios e de gestão. Além disso, esse grupo pode estabelecer metodologia de trabalho, reunir informações sobre algumas questões básicas para o município e examinar as possibilidades de financiamento para a implementação da Agenda 21 Local.

Uma vez concluída a missão do grupo de trabalho, recomenda-se

a criação de um fórum ou conselho para elaborar, acompanhar e avaliar programa de desenvolvimento sustentável integrado para a comunidade que elaborou a Agenda 21. Considerando que a parceria é a base para o êxito do processo de elaboração e implementação da Agenda 21 Local, o fórum ou conselho da Agenda 21 deve ser composto por representantes de todos os atores sociais da comunidade. Dicas para você professor(a) - Foram produzidos dois vídeos sobre a Agenda 21 pelo MMA e estão disponíveis para empréstimo na Biblioteca do Parque do Lago, além de vários outros materiais importantes para pesquisa: livros sobre educação e meio ambiente, diversos vídeos temáticos, mapas, Atlas e outros. Cadastre-se e usufrua desse importante acervo!

* Sustentabilidade: "Uma comunidade sustentável vive em harmonia com seu meio ambiente e não causa danos a meios ambientes distantes ou a outras comunidades – agora ou no futuro. A qualidade de vida e os interesses das futuras gerações são mais valorizados do que o crescimento econômico ou o consumo imediato." *Caring for the Earth* UNEP – Pequeno Guia da Agenda 21 Local.

E O BRASIL, JÁ FEZ SUA AGENDA 21?

Sim. Cada um dos 179 países signatários da Agenda 21 responsabilizou-se pela elaboração de sua Agenda 21 Nacional. No Brasil, o Ministério do Meio Ambiente coordenou este processo, através da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável - CPDS e da Agenda 21. Esta Comissão foi formada por representantes dos vários setores: público, empresários, sociedade civil e escolheu seis temas centrais:

- Cidades sustentáveis;
- Agricultura sustentável;
- Infra-estrutura e integração regional;
- Gestão dos recursos naturais;
- Redução das desigualdades sociais;
- Ciência e Tecnologia e desenvolvimento sustentável.

Muito embora se possa questionar a falta de uma divulgação ampla que favorecesse uma maior participação da sociedade brasileira, o processo de construção da Agenda 21 Nacional contou com consultas públicas em todo o país.

O governo federal criou o Programa Agenda 21 no PPA (Plano Plurianual) - 2004-2007, com o objetivo de assegurar a implementação das Ações Prioritárias da Agenda 21 Brasileira, instalação de Fóruns Locais de Desenvolvimento Sustentável, estimular e acompanhar a elaboração e implementação de Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável por meio das Agendas 21 Locais, desenvolver método de avaliação e monitoramento do Programa Agenda 21.

O Estado de São Paulo elaborou um relatório "Agenda 21 em São Paulo", que foi apresentado na Conferência Mundial de Joanesburgo por ocasião dos 10 anos da Rio-92. No entanto, este documento foi elaborado por técnicos especialistas da Agência Ambiental do Estado – CETESB e da Secretaria de Meio Ambiente (SMA). Este documento tem qualidade de um diagnóstico importante da situação atual, mas por não ter sido construído de forma participativa, não apresenta propostas e soluções.

A "Agenda 21 em São Paulo" trouxe temas pertinentes como: gerenciamento integrado do meio ambiente, energia e transporte, produção e consumo sustentáveis, proteção da atmosfera e qualidade do ar, entre outros que são mais especificamente relacionados e do domínio das Secretarias de Meio Ambiente, deixando de abordar temas relacionados a estes e que são propostos em capítulos na Agenda 21, como: Proteção e promoção das condições da saúde humana, Promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos ou ainda Dinâmica demográfica e sustentabilidade.

Como a Agenda 21 é um documento diretriz, não tem o caráter de lei. Ela depende basicamente das vontades políticas e dos acordos e compromissos assumidos pelos diferentes atores envolvidos: poder público, empresários, sociedade civil e demais organizações da sociedade – ela será tão mais real e eficaz, quanto maior for a capacidade de articulação e promoção da participação de todos.

E no Embu das Artes, o que está sendo feito?

No ano passado, em junho, o tema da Semana de Meio Ambiente, patrocinado pela Prefeitura Municipal de Embu através de sua Secretaria de Meio Ambiente, foi a Agenda 21. Seis temas principais começaram a ser discutidos: saúde, educação, gerenciamento de resíduos sólidos, juventude, geração de emprego e renda, uso e ocupação do solo. Como desdobramento da Semana, foram criados os Grupos de Trabalho (GT) para cada tema. O GT Educação realizou sete encontros na Sociedade Ecológica Amigos de Embu (SEAE), de julho a dezembro, com diversos representantes – educadores, diretores, agentes de saúde, representações religiosas, lideranças comunitárias, DLIS, empresariado e representantes do poder público, iniciando um importante exercício de pensar a educação para a sustentabilidade.

A SEAE, em parceria com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Educação e também com a Diretoria Regional de Ensino de Taboão da Serra, que abrange o município de Embu, está lançando o Projeto Agenda 21 Escolar de Embu das Artes. Este é um programa que compreende a formação de educadores ambientais da rede pública estadual e municipal. O projeto pretende envolver toda a comunidade escolar (considerando o entorno) no diagnóstico de problemas, escolha das prioridades e elaboração dos planos de ação para cada realidade escolar, a partir de seu contexto histórico, geográfico, econômico e cultural.

Os grandes desafios na construção da Agenda 21 no Embu

São inúmeros os desafios! Destacamos: a falta de saneamento básico e de tratamento de esgoto em áreas de mananciais, as enchentes, a necessidade de melhorias na gestão do lixo e na coleta seletiva, a sobrecarga de nosso aterro, a falta de ações e políticas públicas efetivas de recuperação, a falta de preservação e criação de áreas verdes, as habitações precárias, as ocupações irregulares de terras, a pobreza, o desemprego, a baixa qualidade dos serviços prestados na saúde, a falta de vagas em creches, a carência no

Referências:

- Krans, Patrícia – Pequeno Guia da Agenda 21 Local – Rio de Janeiro, Hipocampo, 1999.
- Ministério do Meio Ambiente:

atendimento à educação infantil, a necessidade de melhoria na qualidade do ensino e das condições de trabalho dos educadores; enfim, são questões que afligem todo o país, não apenas o Embu.

Mas, temos também grandes potenciais a serem percebidos e analisados pela população, em conjunto com o poder público: nossa rica herança cultural, o artesanato, a pintura, a escultura; muitas paisagens, passíveis de se transformarem em roteiros eco-turísticos; uma população de jovens estimada em 43%, possibilitando ações educativas e cidadãs, com fortes

Participe você também desse sonho, seja artífice nesse projeto de uma cidade sustentável, acolhedora, bonita, limpa e agradável.

possibilidades de inserção em ações para o desenvolvimento do eco-mercado; potencial para pousadas e hotéis; acampamentos ecológicos; passeios e trilhas ambientais com conseqüências positivas para a geração de emprego e renda; agricultura orgânica; flores; enfim, temos tudo para construir no Embu das Artes um cenário pauta-

do nos princípios da sustentabilidade: social, cultural, econômica, educacional e das relações humanas.

Participe você também desse sonho, seja artífice nesse projeto de uma cidade sustentável, acolhedora, bonita, limpa e agradável, não só para nós e nossos filhos, mas também para aqueles que procuram o município nos finais de semana, nossos visitantes. Nossas riquezas e todo o potencial humano, ecológico e ambiental são de suma importância para o nosso Brasil! Orgulho e reverência são os sentimentos que devem abrigar os corações.

Brasil — vamos fazê-lo nosso, não no sentido de posse, de exploração, mas no sentido de respeito e cuidado. Começar esse aprendizado a partir do nosso "quintal", o Embu, como uma parte importante dessa grande teia nacional, e contribuir, enquanto cidadãos embuenses, para a construção de um novo sentido de viver, um sentido amoroso, solidário e responsável, que deve integrar essa nova visão de mundo. Um mundo melhor e cheio de esperanças! Participe dessa história que está sendo construída através dos nossos sentimentos e das nossas ações comprometidas com a ética da vida. Afinal, você também é responsável pelo amanhã!

www.mma.gov.br

- São Paulo (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente – 2.ed.ver. Agenda 21: a experiência paulista desde 1992 – São Paulo: SMA, 2003.